

Um problema literario-social

Eça de Queirós e a sociedade portuguesa

(A propósito de um prefácio de Agostinho de Campos)

Seria difficilimo encontrar tão bom instrumento para a execução de um florilégio literário como o apurado senso critico do sr. dr. Agostinho de Campos, escritor e pedagogista. Os volumes da *Antologia* são de encantar, não só pelos textos escolhidos como também pelos prefácios, onde, sob uma modesta aparência de compilação de critica alheia e de impressões próprias ao correr do pêlo, vai insinuando hábilmente as suas criticas aos criticos, e aos próprios autores que selecciona, com cristallina compreensão das cousas e exacta dóse de subtilidade. O estilo, ao contacto dos clássicos, afinou ainda o natural aticismo, delicia dos que são, ao mesmo tempo, sádios e requintados. Saem-lhe pedagogicos aquêles prefácios: além de bonissima literatura, modêlos de boa educação: discretos, sóbrios de gestos, muito bem vestidos sem dar nas vistas, amáveis com os grandes e os humildes, temperando com o elogio a reprehensão suave, naturais, sensatos, e levemente irónicos como um perfeito *gentleman*. Pela publicação destes livros, a cultura literaria deve-lhe muito; e a difusão dos nossos clássicos, o maior impulso, decerto, que lhe tem sido dado até agora.

Com o volume a que nos reportamos empreendeu Agostinho de Campos uma faina singular, e crêem alguns que difficilima: extrair da obra de Queirós uma selecta ao mesmo tempo atractiva e «inocente», para uso das escolas e das famílias. O resultado prova, se tal crença é certa, aquilo mesmo que já sabiamos: que a capacidade do seleccionador só tem limites no impossivel; e no proémio, essa virtude caracteristica dos criticos que é a simpatia universal levou este a empreender, em beneficio do seu autor, um panegirico tão completo que, vindo de um homem como Agostinho de Campos, incita a um exame de consciencia e a uma revisao de opiniões.

Segundo Agostinho de Campos, Eça de Queirós é só artista, e só como jogo de pura arte deve ser considerada a sua obra. Não há porque perguntemos se é exacta ou é profunda a imagem critica que nos quis dar da sociedade portuguesa. «Não podia demittir-se de cônsul para vir estudar Portugal ao microscópio», diz-nos Agostinho de Campos, em muito amável objecção; e continúa: «Não fez com o seu público contrato de ser profundo; e, se o tivesse feito e cumprido, outro seria o seu trabalho e até a sua pessoa» (p. XXVII).

Tal é o problema que, muito superficialmente, desejariamos examinar nestas páginas da *Seara*, revista politica e social.

¿ É «inoportuno», como nos dizem, o critério social para examinar a obra de Queirós?

Em primeiro lugar, todos os pontos de vista nos parecem legítimos para estudar qualquer objecto: e é isso, exactamente, que faz a diversidade das diversas sciências. ¿ Qual é delas a que estuda o café? São todas: a botânica, a química, a agronomia, a economia, a fisiologia, etc. As sciências são pontos de vista: todas as sciências, pois, podem estudar um grão de café; todos os pontos de vista são legítimos, analogamente, para estudar um escritor. Em si, em absoluto, não achamos injusto nem inoportuno o analisar determinado autor sob um dado critério ou ponto de vista: social, pedagogico, literario, fisiológico, historico, ou outro qualquer; se se faz um estudo social, são o critério literario, o fisiológico, etc., que nos parecem inoportunos, e só legítimo o social; se se trata de um estudo de fisiologia (como a *Nosografia de Antero*, por Sousa Martins) são os critérios social, literario, historico, etc., que devemos considerar incompetentes; se se trata de critica literaria, são inoportunos o critério historico, o fisiológico, etc.: não há critério inoportuno em si, em absoluto (ao que

uos parece) mas em relação ao género, ou ponto de vista, a que se prende a investigação. Se quem estuda uma sociedade, em determinado país e determinada época, e as influências a que esteve sujeita, encontra entre elas a de um escritor, não se deve abster de a examinar pelo motivo de que êsse escritor, porque o é, só pertence ao crítico da literatura. Resumindo, cremos nós: 1.º, que cumpre admitir todos os pontos de vista: 2.º, que cumpre não confundir os pontos de vista.



De qualquer autor, portanto, nos parece legítimo investigar (sem prejuízo da admiração literária) a sua influência na sociedade, e quais a justeza e profundidade das suas ideias sobre ela. (Poderíamos aqui argumentar com o exemplo do próprio Eça, que mais de uma vez fez a crítica social dos escritores do Romantismo, atacando violentamente, por exemplo, a incongruência social do tipo do «brasileiro»: v. o prefácio do *Brasileiro Soares*, de Luís de Magalhães). Escritores há, porém, em que essa investigação se nos antolha duplamente

justificada, legítima num segundo e concentrado grau: são os escritores críticos e combativos, os que na sua obra literária (poemas, romances, teatro, história, filosofia, pouco importa) se propuseram analisar, criticar, reformar a sociedade. Porque há escritores (grandes ou pequenos) que, como escritores, não tiveram influência social, ou muito pouca: Bernardes, La Bruyère, Shakespeare, por exemplo; outros (grandes ou minúsculos), que a tiveram: o Bandarra, Junius, Fichte, Voltaire, Rousseau. Por outro lado, há escritores que nos seus versos, dramas, romances, ensaios, discutem a sociedade contemporânea (as instituições, os costumes, a religião e tudo mais), e outros que a não discutem: comparem Júlio Dinis com Bourget; Soares de Passos ou Zorrilla com Guerra Junqueiro ou Carducci; Racine com Molière; Rostand ou Grilparzer com Bernard Shaw ou Ibsen; Bergson, Wundt, Ardigò, Bradley, com Renouvier, Nietzsche, Carlyle, Comte.

Se formos especialmente aos romancistas, podemos dividi-los em três espécies: os que são quasi que só narradores, como Walter Scott, Defoe ou Dumas; os de análise psicológica, como Benjamin Constant, o autor do *Adolfo*; e os de crítica social, como Zola ou Galdós.

Sobre êstes últimos, cremos que a crítica social é não só muito legítima, mas até conveniente: porque não havemos de discuti-los como membros da Crítica Social, em que eles mesmos se colocaram, de que eles mesmos se fizeram sócios, onde eles exigem que os tomemos a sério? Não somos nós, mas eles, quem escolheu o campo, e quem provocou a luta.

Se é isto sensato (sê-lo-há?) está resolvido facilmente o primeiro problema que nos propusemos. E a quem queira aplicar «el cuento» ao caso particular do nosso Queirós, bastar-lhe-há perguntar primeiro: foi êle um ingénuo narrador de histórias, como Júlio Dinis (classificado de leve pelo dito Eça) ou pertence à classe dos escritores que fizeram crítica social?

A resposta, a nós, parece-nos evidentíssima. Nunca conhecemos romancista com mais declarado temperamento crítico, que empreendesse mais explícita, inteira e confessadamente — por vocação e por sistema, — a análise crítica de uma sociedade. Começou por farpear nas «Farpas»; e depois vai por aí fora, criticando sucessivamente: o sacerdócio, o jornalismo provinciano, etc., no *Crime do Padre Amaro*; a natureza da devoção e os seus efeitos, na *Reliquia*; a constituição da família pelo «namoro», no *Primo Bazílio* (foi o próprio Eça que o definiu assim); a influência da política nos caracteres, e a maneira de nos libertarmos dela.

na *Ilustre Casa*; os vícios e ridículos da sociedade lisboeta, e a incapacidade da educação para os vencer, no romance dos *Maías* (Carlos, com os melhores dotes naturais, um avô modelo e a mais perfeita das educações, cai, como um dos piores, na vadiagem e no incesto); a falsidade da civilização actual, e o elogio da simplicidade campestre, na *Cidade e as serras*; e ainda as personagens, — uma galeria!

Repare-se: não discutimos a «imoralidade» das suas cenas; admitimos a scena «imoral» quando ela seja uma scena típica, significativa, profundamente reveladora do modo de ser de uma sociedade, ou de um carácter; se o não é, repelimos — não em nome da moralidade (ou só em nome da moralidade) mas no da arte. A scena «imoral», quando artisticamente inútil, é uma simples brèjeirice, que o autor lá pôs por motivos estranhos àquilo que o deve preocupar. Também não discutimos, por agora, o carácter «dissolvente» da sua crítica, se bem que os historiadores da nossa época tenham o direito, e até o dever, de examinar êsse problema. Se a acção dissolvente realmente se deu, ela é um *facto* como qualquer outro, e, como tal (se não estamos em erro) legitimamente analisável. O que nos parece importante, em Queirós, é discutir a *justeza e profundidade* da sua crítica social, — sem prejuízo da literatura, do elogio que todos devemos àquela forma maravilhosa, que se lê com auges de admiração. Os *Diálogos*, de Platão; os *Pensamentos*, de Pascal; o *Mundo como vontade*, de Schopenhauer; o tratado de *Lógica*, de Stuart Mill; o *Zoroastro*, de Frederico Nietzsche; a *Inteligência*, de Hipólito Taine, — estão ou trosim muito bem escritos, são outrosim literatura, e não deixam por êsse facto de ser obras de metafísica, de lógica, de moral, de psicologia, e discutíveis como tais (discutíveis e discutidas) independentemente da sua forma. ? Quem não admira o *Avarento*, o *Otelo*, a *Fedra*, o *Quixote*, a *Cousine Bette*, o *Curé de village*, como análises profundas e exactas de determinadas paixões e problemas sociais? Não a discutir pela substância, pelo pensamento, pela profundidade da visão das cousas, parece-nos a nós uma maneira, não de elevar, mas de amesquinhar uma obra de arte. Logo, é inevitável, ao que supomos, discutir Eça de Queirós como crítico social.

É logicamente inevitável; cremos, além disso, que o é também psicológicamente. Porque a crítica social mete-se-nos ali pelos olhos dentro, é declarada e é gritante. Para que se não veja e se não ouça é necessário ser-se cego, ser-se surdo, ser-se morto! Ora, a todos os estímulos violentos é inevitável uma reacção. Se um homem me berra: «o

leite é branco!» eu assinto automaticamente: «tens razão!»; se outro me grita: «o céu é verde!», eu respondo como um reflexo: «engano, amigo! eu vejo-o azul!»

Mas talvez que nós contestem, à vista dos romances de Queirós, que êles pretendam retratar e analisar uma sociedade. «O pobre do Eça» (suponhamos que dizem) «nunca lhe passou pela idea senão entreter-nos algumas horas com histórias ingénuas e irreais; isso de crítica da sociedade — é intuito suposto e que arbitrariamente lhe attribues. Êle não pensou em criticar os homens, em demonstrar teses, em ser profundo. Lê-o, pois, como se lê um conto de fadas, e deixa-o em paz».

Em contra de tal parecer temos as confissões do próprio Eça. Temos muitas; mas, para não alongar o arrazoado, lembraremos duas, e só duas.

A certa altura declarou êle: «posso o processo como ninguém, mas faltam-me teses». A propriedade, como sabem, é uma das virtudes do seu estilo. Se êle buscasse simplesmente enredos, entrecchos, histórias, aventuras, diria naturalmente: «faltam-me entrecchos». Mas não: «faltam-me *teses*». Logo, os seus romances, para êle, eram *teses*. Mas suponhamos que o grande Mestre, daquela vez, não soube exprimir-se com propriedade; não eram *teses* que êle quis dizer, mas *enredos*. Pois será crível tal hipótese? ? pois imaginação não a tinha êle, opulentíssima? ? pois histórias não as pode achar qualquer de nós, às dúzias, entre o almoço e o jantar? ? pois a dificuldade, aí, não é dar vida às personagens, concretizar as scenas, enchê-las de credibilidade, animar o estilo, senhorear enfim todo o «processo?»

Mas suponhamos ainda, para mais evidência, que êste argumento vos não contenta. Como se sabe, no prefácio dos *Azulejos* do Conde de Arnoso deixou-nos Eça um documento importante sobre a sua pessoa e ideais artísticos. Aí, num paralelo entre êle e o seu amigo, diz o seguinte:

«Assim tu, compreendendo a *grandeza magnánima de quem remexe lódos e detritos para purificar o ar dum Reino*, achas todavia mais dôce ficar a espalhar côres num vaso, vendo brilhar por entre os esteios da vinha o azul do mar da Helénia. Bem fazes tu! Colhes apenas a flôr das cousas, que pode ser rôxa e melancólica ou amarela e festiva, mas é sempre uma flôr; enquanto nós nos *dobramos a analisar scientíficamente as raízes que são negras*, que são feias, e veem sujas da terra rude, em que mergulham e sugam». (V. *Notas Contemporâneas*, p. 149).

«Raiz» indica o que é profundo, o que é base, o que é essência, o que sustenta e o que dá vida; «scientífico» quer dizer exacto, metódico, rigoro-

so, imparcial. Analisar as *raízes* da sociedade, e analisá-las *scientificamente*, é mostrar dela o que é profundo, básico, essencial, com imparcialidade e exacção. «Purificar o ar de um reino» é reformar, moralizar, aperfeiçoar o dito Reino. Aconselhar os outros a que o não façam, por ser uma faina desagradável que exige «magnânima grandeza», é considerar-se apóstolo, e até mártir, de uma alta tarefa de redentor...

Ora, quando aparece um homem ilustre a apresentar ao público o nosso retrato, a analisar a

nossa pessoa, a regenerar a nossa vida, — ¿teremos nós o direito claro de ver se a imagem está parecida, se desce ao profundo a análise crítica, se foi eficaz a reformação?

Cremos que sim; cremos criticamente que sim... Mas o prosseguimento do discurso fica reservado para o seguinte número, para que evitemos os artigos longos, e assim resulte mais variado — e mais ameno — cada caderno da *Seara Nova*.

ANTONIO SERGIO.